

# ANC Mandato e regime

○ anunciado parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistemas de Governo, reflete a posição da corrente ortodoxa do PMDB, liderada pelo senador Mário Covas, que está empenhada em assegurar o fim da transição no próximo ano, com mandato, portanto, de quatro anos, e a implantação do regime parlamentarista e não o presidencialismo mitigado pelo qual optou o presidente da República no seu pronunciamento através de cadeia nacional de rádio e televisão.

Ao mesmo tempo, o deputado Prisco Viana, que exprime os interesses do Palácio do Planalto na Constituinte, pretende estabelecer em cinco anos o mandato do atual presidente da República, no parecer que está concluindo como relator da Comissão de Legislação Eleitoral e de defesa do Estado, que é, por coincidência, presidida pelo senador Jarbas Passarinho, o presidente do PDS.

Egidio quer marcar posição, em nome da corrente política que representa. Ele e seus companheiros acreditam ainda em um movimento de opinião pública capaz de pressionar a Constituinte: até a votação em plenário, a votar um mandato de quatro anos para Sarney. No atual momento, essa posição é minoritária, como sabe Egidio, uma vez que até mesmo o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, trabalha de comum acordo com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, pelos cinco anos.

O presidente do PMDB também está sintonizado com o Governo na defesa do regime presidencialista, ainda que com algumas medidas destinadas a reduzir o poder imperial do Executivo e aumentar a participação do Congresso nas grandes decisões nacionais — quando nada porque é também candidato a presidente da República em seu partido.

A realidade atual aponta para mandato de cinco anos. O Governo conseguiu formar um bloco integrado pelos moderados do PMDB, o grupo que sofre a forte influência de Ulysses Guimarães, grande parte dos parlamentares do PDS e do PTB. Na Comissão Temática, o governo tem ampla maioria para derrotar o parecer de Egidio Ferreira Lima — tanto no que diz respeito ao mandato quanto à forma de governo.

Sarney e seus aliados estão empenhados em lutar pela sobrevivência do regime presidencialista, fazendo algumas concessões ao sistema parlamentarista de governo. A fórmula está construída numa proposta entregue aos cuidados do deputado Expedido Machado, coordenador da bancada do PMDB cearense e um dos expoentes do grupo Centro-Democrático de orientação conservadora.

É notório que uma boa parte dos defensores do mandato de quatro anos se constituiu a partir das benesses que o governo está em condições de distribuir — não apenas cargos na máquina governamental, como preciosas concessões de emissoras de rádio e televisão. Não é a primeira vez que o Governo recorre a esse arsenal para conseguir boa vontade de maiorias eventuais.

O general Figueiredo fez a mesma coisa para eleger o deputado gaúcho Nelson Marchezan, presidente da Câmara dos Deputados, derrotando o saudoso Djalma Marinho, cuja vitória estava praticamente assegurada apenas 48 horas antes do pleito. Naquela oportunidade, o ex-secretário particular do Presidente, Heitor Ferreira, conseguiu atrair muitos parlamentares que estavam com Djalma, inclusive os que seguiam a orientação do ex-governador Chagas Freitas.

Os políticos que defendem quatro anos de mandato, incluindo o próprio Mário Covas, contam com um movimento irresistível de opinião pública por eleição em 88, movimento que se alimentaria do agravamento da situação econômico-financeira. Os que exprimem os interesses de Sarney, como o líder Carlos Sant'Anna, estão certos de que o Governo conseguirá reverter o processo inflacionário até o fim do ano, influyendo positivamente na decisão dos constituintes.

TARCISIO HOLANDA

CORREIO BRAZILIENSE

- 9 JUN 1987